

ESCRAVOS, POLÍCIA E CONFLITOS SOCIAIS AS VÉSPERAS DA ABOLIÇÃO. MINAS GERAIS – 1880-1888.

JULIANO CUSTÓDIO SOBRINHO*

Resumo: Nos últimos anos da escravidão no Brasil vários conflitos sociais se espalharam pelo império. Abolicionistas, escravocratas, bem como outros segmentos da sociedade estavam envolvidos com discursos e ações que levavam a defesa ou a execração do cativo. Esse artigo se propõe a apresentar parte dessa trajetória na Província de Minas Gerais, mais precisamente o sul mineiro, a partir da análise de documentos da “Chefia de Polícia”, entre os anos de 1880 e 1888.

Este artigo é fruto de uma pesquisa de doutorado, ainda em fase inicial, que tem como propósito estudar o processo de abolição da escravidão em Minas Gerais, a partir de uma região conhecida como o sul de Minas¹, que tinha como sede de comarca a cidade de Campanha da Princesa, na última década da escravidão. As questões elencadas para essa pesquisa estarão voltadas a perceber e analisar as repercussões ocorridas naquele território a partir dos embates travados entre seus agentes na tentativa da continuidade da escravidão ou a promoção de seu fim. Mais precisamente, a intenção é compreender os conflitos sociais que se deram – tanto no campo das ideias quanto nas ações práticas, como aquelas que levaram a formação de movimentos abolicionistas e a iniciativa de escravos em buscarem meios legais para se livrarem do jugo do cativo, por exemplo.

A justificativa para o recorte espacial está embasada em pesquisas historiográficas que apontam um grande dinamismo socioeconômico para o sul mineiro durante o século XIX, principalmente a partir da produção agropecuária (voltada para o

* Doutorando do Programa de História Social da Universidade de São Paulo, com o projeto “O processo de abolição da escravidão e os significados da liberdade em Minas Gerais. Campanha – 1880-1888.”, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Helena Pereira Toledo Machado. Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹ A noção de região pretendida para essa pesquisa se aproxima das reflexões propostas por Ciro Cardoso, quando se entende por ‘sul de Minas’, uma área que pode ser definida “operacionalmente de acordo com certas variáveis e hipóteses, sem pretender que a opção adotada seja a única maneira correta de recortar o espaço e de definir blocos regionais”. CARDOSO, Ciro. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p.73.

mercado interno), a circulação de produtos e de pessoas (enquanto uma região de passagem), a participação política no cenário da Corte e a concentração de cativos.²

O recorte temporal escolhido – 1880 a 1888 – justifica-se por estar de acordo com outros trabalhos historiográficos que apontam esse período como de grande efervescência de movimentos abolicionistas e convulsões sociais que deflagrariam a crise do sistema escravista no país.³ Em relação às fontes, os documentos norteadores

² Sobre essas questões Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior foram os precursores em afirmar que boa parte da escravaria em Minas Gerais estava envolvida com a agricultura e a pecuária destacando a produção desses cultivos para a província no oitocentos. HOLANDA, Sérgio Buarque. “Metais e pedras preciosas”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque(org.) *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, 2º vol., São Paulo: DIFEL. p. 294; PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. pp.69-74. Entretanto, por volta da década de 1980, um grande debate foi travado sobre essa questão, a partir de outras pesquisas sobre a população escrava em Minas Gerais. MARTINS, Roberto. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Vanderbilt University, 1980; SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamante: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Cadernos IFCH-UNICAMP, n.17, 1985. No bojo dessas pesquisas, é importante citar alguns trabalhos relevantes que vieram na sequência: LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.123. Especificamente sobre a relevância da posse de escravos para o sul de Minas, durante o oitocentos, o trabalho de Marcos Andrade sugere respostas muito pertinentes: ANDRADE, Marcos. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro*. Minas Gerais. Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Em minha dissertação de mestrado, pude constatar uma grande concentração de cativos em uma das principais freguesias do sul mineiro, na primeira metade do século XIX. CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009.(capítulo 3).

³ Muitos autores corroboraram para o interesse em se estudar o processo de abolição da escravidão em Minas Gerais, mas foi uma questão elucidada por Emília Viotti da Costa, em seu livro “A abolição”, um dos trabalhos singulares sobre a temática, que me levou a decidir o recorte cronológico dessa pesquisa. Já em 1982, ano em que foi publicado a primeira edição de sua obra, a autora já instigava os pesquisadores a se perguntarem também sobre o que sucedeu a partir de 1871, levando então a abolição, em 1888. Naquela época, Emília Viotti já apresentava uma série de respostas para se compreender os últimos anos da escravidão no Brasil. E também apontava para a necessidade de mais trabalhos regionais, que pudessem decodificar essa passagem de tempo nas várias regiões do país, assim como alertava para a importância de se compreender sobre a presença e atuação de movimentos abolicionistas nessas áreas. COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.(especialmente os capítulos 6 e 9). Destaco também as contribuições de outros pesquisadores que se tornaram importantes para as indagações acadêmicas acerca da temática da escravidão. MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ; São Paulo: Edusp, 1994; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; LARA, Silvia. *Campos de Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; AZEVEDO, Célia. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

dessa pesquisa serão as correspondências pertencentes à Chefia de Polícia da Província de Minas Gerais, os processos-crime e os jornais. Para essa comunicação, a proposta é apresentar uma análise inicial que está sendo realizada acerca da documentação “Chefia de Polícia”, que se encontra no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte-MG.

No decorrer da pesquisa, a intenção é estabelecer um diálogo entre as metodologias traçadas pela História Social da Escravidão e os trabalhos desenvolvidos em História Regional. E diante das relações sociais, com suas ideias e ações, essa pesquisa não pode desconsiderar as dimensões macro e micro da análise histórica. Ao abranger um espaço regional, realizaremos um estudo pautado numa perspectiva também da micro-história, já que “os inquéritos micro-históricos tenham, em muitos casos, como objecto de análise, os temas do privado, do pessoal e do vivido”.(GINZBURG, 1989: 72)

E a proposta de um estudo regional não significa o isolamento do objeto apresentado, de todo o seu contexto social a qual fez parte. A micro-história não se propõe a desvincular as interações vivenciadas no âmbito da localidade da esfera global das quais estão inseridas. Afinal, essa metodologia “representa antes, um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização”. (LEVI, 1992:138). E como os nomes e os indivíduos se tornam evidentes nesse tipo de análise histórica, a proposta dessa comunicação, bem como da pesquisa, é trazer à tona casos que revelam histórias de pessoas, do vivido e das tensões cotidianas que fizeram parte da desagregação da escravidão no país. (REVEL, 1998:115-138)

O sul de Minas Gerais teve um processo de ocupação tardia em relação à região central da província. Como as catas de ouro foram incipientes no território, a produção agropecuária, voltada para o abastecimento, ganhou destaque e movimentou riquezas e trouxe dinamismo econômico para o território durante todo o século XIX. Rapidamente, o arraial de Campanha ganhou status de vila e passou a assistir várias outras localidades, fazendo frente para a vila de São João del Rei, cabeça de sede de todo o sul mineiro até início daquele século. Enquanto “pólo de atração” (ANDRADE, 2008: 29), Campanha se destacou pela expansão comercial de suas freguesias, pela posse de cativos e por se tornar uma região de passagem e interligação com várias outras áreas do sudeste brasileiro naquele momento, inclusive a Corte no Rio de Janeiro.⁴

⁴ Muitos autores há décadas afirmam o potencial sul mineiro como região abastecedora e de forte vocação

Em relação à posse de cativos, alguns estudos (desde a década de 1980) apontaram grandes concentrações de escravos nas comarcas de São João del Rei e Campanha durante o século XIX. Essa presença estava diretamente relacionada ao poder econômico presente naquelas áreas, o que fazia com que muitas unidades escravistas estivessem à altura das propriedades voltadas para a agroexportação, no que tange à posse de cativos. (GRAÇA FILHO, 2002); (ANDRADE, 2008)

Com isso, estamos diante de uma região de ebulição econômica e política, durante o século XIX, em que o ingresso de africanos, a reprodução natural e o tráfico internos de escravos indicavam uma sociedade de crescente dinamismo mercantil e de grandes investimentos na posse de cativos. Por essa razão, muitas hipóteses lançam luz sobre a história do sistema escravista e sua desagregação no sul de Minas, contudo as pesquisas sobre a região ainda hoje continuam incipientes, o que justifica a iniciativa dos programas de pós-graduação do país em investir em estudos sobre a área. E ao se falar de trabalhos sobre os processos de abolição da escravidão acontecidos na província mineira, poucas foram às pesquisas que envolveram tal tema até hoje.⁵

agropecuária. Cabe devida referência a Mafalda Zemella por ter criado um dos trabalhos precursores sobre o caráter produtivo voltado ao abastecimento do sul de Minas. ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990. Vale lembrar o trabalho de Alcir Lenharo, que apontou a existência de um consolidado mercado, principalmente pecuarista no sul de Minas para a Corte e a relação desse circuito com a formação de uma elite política mineira com influência na política nacional daquele período. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1822*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

⁵ A obra de Oíliam José, “A abolição em Minas”, foi uma das primeiras sobre o tema para a província. Segundo o autor, não houve no território uma ‘esforço coletivo’ e uma ‘sólida envergadura’ a favor do fim da escravidão, pois a falta de um abolicionismo mais engajado em Minas Gerais se deve a uma característica ‘mansa’ do mineiro. Para Oíliam José, o movimento abolicionista na província foi marcado por ações isoladas e de pouca expressão, manifestado por profissionais liberais e estudantes das cidades de Ouro Preto, Campanha, Diamantina e Juiz de Fora, em que o ambiente provinciano mineiro não era propício para as desordens e as agitações. JOSÉ, Oíliam. *A abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962. p.9; Já a autora Liana Maria Reis em “Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850/88, analisou as notas publicadas em jornais mineiros e constatou a formação de associações emancipadoras na província, cujo papel principal seria controlar a escravaria e garantir a ordem durante o momento de crise. De acordo com Liana, a imprensa analisada divulgou ideias que contribuíram para a formação de uma mentalidade antiescravista, contudo essa propaganda não tinha um caráter “revolucionário”, uma vez que essas associações emancipadoras pregavam uma transição para o trabalho livre, de forma moderada e legalista. REIS, Liana Maria. *Escravos e abolicionismo na imprensa mineira – 1850/88*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1993.p.11. Nesse momento, outras duas pesquisas a respeito dos processos de abolição em Minas Gerais estão sendo desenvolvidas junto ao programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense: COTA, Luiz Gustavo. “*Ave Libertas: abolicionismo e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão*.”. Tese de Doutorado; e SILVA, Denílson Cássio. “O Drama Social da Abolição:

Como já afirmado, essa comunicação é resultado do início das análises acerca da documentação “Chefia de Polícia”, pertencente ao Arquivo Público Mineiro, e algumas informações já consultadas revelam indícios interessantes sobre a crise do sistema escravista na região e os processos que levaram a sua abolição. Os conflitos e divergências traçados por aqueles agentes em todas as esferas sociais - em defesa do cativo ou pela sua extinção- podem ser contemplados nesse tipo de documentação, que também deixa claro a tentativa dos indivíduos ligados diretamente à segurança pública em manter a ordem social.

A partir da consulta a essa documentação está sendo possível perceber uma série de ocorrências que preocupavam a sociedade da época e que provocavam desconforto nas autoridades, por alterar a rotina desses lugares e por causar o descumprimento às leis. Até o momento, se pode perceber que alguns assuntos ligados à crise do sistema escravista e a sua abolição são recorrentes nessas atuações policiais como: as manifestações sociais causadas por abolicionistas (meetings) e pessoas comuns; os crimes cometidos por escravos e libertos e contra eles; as aglomerações de escravos fugidos nas cidades; a existência de quilombos na região; as fugas e revoltas de cativos; as denúncias de venda de ingênuos e livres; e as concessões de liberdades antecipadas a Lei de 13 de Maio.⁶

No início de 1888, o delegado Valeriano Mauro da Costa, da cidade de São Gonçalo, enviou uma correspondência ao chefe de polícia da província, Dr. Levindo Ferreira Lopes, em que suplicava:

como até agora não tenham chegado os praças, de novo reitero respeitosamente a V.Ex^a o mesmo pedido fazendo sentir a V.Ex^a que o abolicionismo na cidade de Campanha está no seu maior auge tirando se os escravos de uns dando se a outros e marcando-se salários a bel prazer dos

Escravidão, Liberdade, Trabalho e Cidadania em São João del-Rei, Minas Gerais (1870-1900)”. Dissertação de Mestrado.

⁶ Nessa documentação consultada foram encontradas diversas correspondências para o tema e o período abarcado, encaminhadas por subdelegados e delegados daquela região ao Chefe Provincial da Polícia e cartas enviadas por ele aos seus subordinados. Algumas ocorrências faziam parte de um livro intitulado “Reservado de polícia” o que demonstrava profundo cuidado desses agentes em lidar com certas informações a respeito do controle que se deveria ter com as manifestações abolicionistas e revoltas escravas.

aboliconistas Disse-me o Exmo. Sr. Juiz de Direito que [] em São Gonçalo que nunca vira tanto descalabro e que [] fosse alterada a ordem pública.⁷

As ações abolicionistas passavam a tomar conta da região, assim como o que acontecia em vários cantos do país nos últimos anos da escravidão. As autoridades locais, temendo pela perda do controle da ordem pública, clamavam por ajuda das tropas provinciais para se evitar aquilo que já parecia previsível no limiar da década de 1880.

Relatos como o apresentado acima são reflexos de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que adensavam incertezas e contradições à sociedade escravista brasileira. Ao adentrar nos anos finais da escravidão no país, o governo imperial já havia enfrentado situações delicadas ao longo daquele século como a Lei Eusébio de Queiros (1850), a Guerra do Paraguai e o trato destinado aos escravos durante o conflito (1864-1870), as consequências de várias crises econômicas cafeeiras, o crescimento das ideias republicanas no país (principalmente a partir da década de 1870), a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), o que contribuíram para apagar definitivamente a crença de que seria possível manter por muito mais tempo a escravidão no Brasil.(CONRAD, 1978: 319-337)

Nesse sentido, essa documentação está contribuindo para a tentativa de responder a alguns questionamentos que norteiam essa pesquisa. O confronto de grupos que lutavam pela manutenção do cativo, contra aqueles que enxergavam no sistema escravista grandes entraves para o desenvolvimento do país, passaram a permear os discursos e ações sociais desde o interior até os maiores centros urbanos do império naquele momento. E as ordens do poder estatal eram que as autoridades policiais estivessem vigilantes no controle de qualquer evento que perturbasse a segurança e a estabilidade do regime. Mas eram visíveis que as contradições e perversidades do sistema escravista provocariam em algum momento grandes convulsões sociais, o que afetaria completamente o cotidiano de trabalho dessas autoridades policiais.

Para que as revoltas escravas, os descontentamentos de vários setores a favor do fim da escravidão e as intervenções dos movimentos abolicionistas não ganhassem as

⁷ APM. Chefia de Polícia. Correspondência recebida. POL 1/3, Cx. 20, Doc. 28. São Gonçalo, 11/04/1888.

ruas cabia uma atuação eficaz do poder policial para que a “desordem” não fosse alastrada. O próprio documento apresentado acima evidencia essa preocupação com o caos que essas insatisfações populares poderiam causar: “(...) Como este movimento é contagioso e em São Gonçalo os ânimos estão dispostos a favorecer a liberdade dos escravos, todavia devemos estar prevenidos a fim de mantermos a ordem pública.”⁸

Quanto às revoltas de escravos nas fazendas, às fugas e à presença desses fugitivos e libertos nas cidades, as correspondências policiais também estão recheadas de situações em que o pouco destacamento policial desses lugares deveria estar pronto a enfrentar. Uma situação acontecida na cidade de Itajubá, nas vésperas da abolição de 1888, chama a atenção para esse drama vivido pelos delegados e subdelegados do sul mineiro na tentativa de controle da paz social:

*o Presidente da Camara de Itajubá pede que seja colocada n'aquelle termo uma força suficiente para poder fazer face a perturbação da ordem publica que passa haver alli, em vazão de quaisquer movimento de escravos o qual se da nas localidade vizinhas, visto o movimento abolicionista em taes lugares inspirar sérios receios, cabe-me informar a V. Ex. que me parecem fundados taes receios, atentos os movimentos abolicionistas que se estão dando no termo de Muzambinho e outras pontas do sul da província; por isso julgo conveniente tomarem-se medidas regulares no sentido de garantir-se a segurança individual e de propriedade dos habitantes d'aquella zona e a que julgo mais eficaz é a de se mandar uma força de cavalaria de linha, composta de um official e dez praças, a fim de estacionar atender as reclamações das autoridades de outros termos, prestando-lhes o auxílio de que precisarem.*⁹

As constantes fugas e revoltas escravas e os severos castigos aplicados aos cativos, principalmente ao longo da segunda metade do século XIX, fizeram com que as autoridades policiais e judiciais intervissem nas relações dos senhores com seus escravos. (LARA, 1988: 29-96). No que cabe a preservação da ordem nas cidades e nos campos, as advertências dessas autoridades se baseavam na preocupação do descontrole que poderia ser causado, a partir da presença de escravos fugidos, libertos e abolicionistas nesses locais. Se os senhores já não davam mais conta de manter os cativos em suas propriedades, esses passaram a solicitar o apoio da polícia na captura de fugitivos, no controle de revoltas e na censura à propaganda “difamatória” de abolicionistas e suas ações planejadas para a libertação de escravos.

⁸ Idem.

⁹ APM. Chefia de Polícia. Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia à Presidência da Província. POL 104, n.376, p.86. 22/03/1888.

Segundo Maria Helena Machado, a polícia foi a instância que mais serviu aos pedidos dos senhores no combate a desordem e revoltas provocadas pelos escravos e pelos abolicionistas. A serviço do estado, a missão do regimento policial era cumprir a lei e defender *a legítima propriedade escrava*. As repercussões da crise escravista e o temor que as revoltas e ações de escravos, libertos, abolicionistas e outros agentes fugissem do controle colocavam em xeque a segurança pública. Assim, mais que assegurar os interesses dos senhores de escravos, a polícia tinha compromisso com a defesa da ordem e o seu papel foi estratégico naquele contexto. (MACHADO, 1994: 69-72) Com as insurgências abolicionistas e as revoltas escravas ganhando terreno no campo social, coube à polícia manter a sensação de que tudo estava sob a mais perfeita ordem, mesmo sabendo que seus aparatos coercitivos já não davam mais conta de assegurar a paz pública com a mesma eficácia de tempos anteriores. (MACHADO, 2009: 376-377)

A falta de destacamentos para o controle da ordem pública na cidade de Itajubá, demonstrada no caso acima, refletia a impotência do poder policial em conter tais conflitos bem como outros. Ao noticiar as repercussões e o medo da perda do controle social por parte da polícia e dos senhores, o que se pode notar até o momento é que a maioria desses pedidos denuncia as fragilidades estruturais do poder policial em controlar fugas, rebeliões de escravos ou libertos, como qualquer alteração a tranquilidade social. Além de praças, essa documentação revela uma completa falta de infraestrutura nessas instituições.

Muitas correspondências recebidas pela Secretaria de Polícia da província deflagravam a precariedade de recursos nas delegacias daquelas cidades. Faltavam armas, fardas, soldos para os praças, cadeias, até mesmo comida e roupas para alimentar os presos. Situações como essas foram tão sentidas em algumas freguesias, que provocaram medidas drásticas como a do subdelegado da cidade de Pouso Alegre, que encaminhou ao Chefe de Polícia da província a seguinte correspondência, em 15 de novembro de 1887: “Acabo de pedir minha demissão, não tenho a autoridade policial, força suficiente que possa empregar toda força no comprimento de meu dever (...)”.¹⁰

¹⁰ APM. Chefia de Polícia. Correspondência recebida pela Secretaria de Polícia. POL 1/3, cx.16. Pouso Alegre 15/11/1887.

As documentações do acervo “Chefia de polícia” também possibilitaram perceber a ampliação das possibilidades de alianças de escravos com setores diversos da sociedade, que poderiam ser mobilizados em favor dos interesses desses cativos.¹¹ Era nítido que nos anos finais do sistema escravista no Brasil grande parte da sociedade estava sensibilizada com os castigos e as agressões cometidas por senhores contra seus escravos. Em 22 de agosto de 1887, o Chefe de Polícia da província, Levindo Ferreira Lopes, enviou uma correspondência reservada para o presidente da província prestando contas sobre um episódio ocorrido na cidade de Três Pontas e que havia chamado à atenção da imprensa no país e causado grande tensão social no sul de Minas:

Passo as mãos de V. Ex^a as inclusas copias dos officios dos Drs Juizes de Direito Municipal de Três Pontas, comunicando o facto ali ocorrido no dia 12 deste mez, de terem 300 cavaleiros se apresentado nos subúrbios da cidade, a fim de conduzir a viva força uma escrava que se achava ilegalmente em poder do Alferes Custódio Vieira de Britto, actual Promotor da Comarca, tendo aquellas autoridades conseguido dissuadi-los com promessas de ser entregue a dita escrava a favor da qual, com a fim de pôr termo a questão, diversas pessoas cotisarão-se para sua liberdade. Segundo diz o Juiz Municipal espera-se a cada momento o alferes Custódio, com igual numero de homens, para desforçar-se.¹²

Esse episódio evidencia a participação popular na tentativa de responder contra as agressões sofridas pela escrava nas mãos de seu proprietário. Em outra correspondência expedida pela Secretaria de Polícia ao presidente de província, a situação é mais bem esclarecida e se pode compreender que o movimento popular em defesa da liberdade da escrava foi organizado a partir dos castigos e agressões que ela

¹¹ Além da documentação “Chefias de Polícia”, as disputas judiciais também ampliaram as relações de escravos com demais setores da sociedade. Na verdade, a partir do século XIX, a Justiça passou a intervir mais nos crimes sofridos e praticados por escravos o que veio a contribuir para o desgaste do domínio senhorial sempre estabelecido em suas relações com os cativos. Através de procuradores (libertos ou livres), muitos escravos conseguiram a alforria a partir das ações de liberdade. Ao mesmo tempo em que a sociedade se tornava mais sensível com as causas de libertação, alguns escravos também se atentavam aos direitos garantidos pelas leis emancipacionistas. Sobre ações de liberdade: GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume, Dumará, 1994.

¹² APM. Chefia de Polícia. Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia. POL 98, p.86.

sofreu em posse de seu senhor, Francisco Antônio dos Reis. Mesmo em poder do Promotor Público da Comarca, Custódio Vieira de Brito, as pessoas reivindicavam a liberdade da cativa. Os ânimos só se acalmaram na freguesia a partir do cumprimento da vontade popular, sob pagamento em forma de indenização ao proprietário.¹³

Os escravos também recorriam às autoridades policiais e judiciais para pedir proteção contra os abusos sofridos e denunciar os maus-tratos por seus agressores. Em 4 de outubro de 1887, na cidade de Caldas, o pardo Calixto, “com uma grossa corrente ao pescoço”, recorreu ao promotor local queixando ter sido “barbaramente” castigado por José Antônio Muniz e Antônio Pedro. Esse episódio repercutiu para além das divisas da província, chegando a ser noticiado no jornal “O Paiz”. Por esse motivo, o Chefe de Polícia, Levindo Ferreira Lopes, pediu esclarecimentos sobre o caso ao delegado da cidade, para que assim pudesse satisfazer os questionamentos reivindicados pelo Ministério da Justiça.¹⁴

Mesmo que alguns policiais ou delegados se sensibilizassem com as agruras sentidas pelos escravos no embate com seus senhores, não se pode perder de vista que aqueles agentes defendiam a tranquilidade pública e não descartavam os direitos e interesses senhoriais pela legitimidade de seus bens e aplicação de castigos. Contudo, era visível que ao longo do século XIX, coube a polícia não só esfriar os ânimos e controlar os “cataclismos” sociais, mas também efetuar uma série de funções judiciais e políticas como a intervenção as pestes, as doenças contagiosas e aos doentes mentais; realizar o alistamento militar e a elaboração das listas de censo; bem como fiscalizar o funcionamento do comércio local. (MACHADO, 1994: 69-85)

Além de prestar esses serviços à população, o controle das revoltas escravas nas fazendas e a perseguição aos escravos e libertos que perambulavam pelas cidades era uma das principais funções da polícia naquele momento. E nos poucos anos que antecederam a abolição, a polícia esteve envolvida grande parte do tempo com esse tipo de autuação. Era perceptível que o poder senhorial, que outrora era quase sempre suficiente para resolver e punir os conflitos entre senhores e escravos, não encontrava mais tão hábil para o controle das revoltas, das fugas ou qualquer outra transgressão

¹³ APM. Chefia de Polícia. Correspondência reservada expedida pela Secretaria de Polícia. POL 104, n.121, p.126.

¹⁴ APM. Chefia de Polícia. Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia aos delegados. POL 94, n.2253, p.344.

cometida pelos cativos. Assim, coube a polícia o esforço para atender as necessidades evocadas pelos senhores, o que sobrecarregava as atribuições daqueles agentes causando, em alguns casos, certo descontentamento e mal-estar com o tipo de trabalho que deveriam realizar. (MACHADO, 1994: 69-85)

Em certas correspondências expedidas ao chefe de polícia é possível perceber a insatisfação em manter o efetivo sempre à disposição da captura de escravos (principalmente em momentos de profunda carência de recursos de praças, soldos e armas para manter as autuações). Também podem ser apreendidos nesses documentos alguns incômodos por parte do efetivo policial quanto aos tratamentos destinados aos cativos pelos seus senhores. O Subdelegado de Polícia, Servulo Nogueira Penido, de São Gonçalo do Sapucaí, em novembro de 1887, escreveu ao chefe de polícia da província pedindo aconselhamentos para a resolução de um caso. Segundo o subdelegado, chegou ao seu conhecimento que existia na cidade um escravo preso a um tronco “há mais de trez mezes” e, sendo assim, gostaria de saber como deveria proceder a fim de “evitar esse martyrio, hoje tão reprovado pela sociedade”.¹⁵

A partir dos casos apresentados nessa comunicação, podemos refletir sobre algumas considerações relevantes acerca da abolição em Minas Gerais, mesmo que essas conclusões ainda estejam baseadas em uma investigação em fase inicial. Ao perceber as ações sociais realizadas nos anos finais da escravidão, não se pode proceder a uma pesquisa que se resuma em uma análise simplista dos agentes envolvidos no processo. Assim, pensar na desagregação do sistema escravista não significa se concentrar apenas nos embates de um ou dois grupos sociais especificamente (senhores e escravos). Logo, o processo de abolição deve ser visto como um fenômeno que agrega diferentes atores sociais e que, ao longo desse processo de extinção do cativo, esses indivíduos estavam se relacionando e se influenciando mutuamente. (MACHADO, 1994: 13-18)

Nesse sentido, ao final dessa pesquisa a intenção será possuir uma compreensão do objeto de estudo em questão, não perdendo de vista que sua realidade histórica é complexa, recheada de interações sociais, jogadas de poder, ambiguidades e contradições. E na mesma medida, passaremos a entender que o(s) processo(s) de abolição – tanto para Minas Gerais quanto para qualquer localidade do país - podem

¹⁵ APM. Chefia de Polícia. Correspondência recebida pela Secretaria de Polícia. POL 1/3, cx.20, doc.22.

apontar para desdobramentos distintos sem, contudo, deixarem de ter similitudes e especificidades que devem ser levadas em consideração.

Nas últimas décadas, diversas pesquisas historiográficas revelaram que o universo da escravidão negra no Brasil e o processo que desencadeou na sua abolição devem ser pensados num sentido de profunda ambiguidade, em que havia a necessidade a todo instante de procurar manter o equilíbrio nas relações travadas entre senhores, escravos e demais agentes, para que, com isso, os conflitos não aparecessem frequentemente no cotidiano do cativo. Como vimos, ao longo do século XIX algumas surpresas indesejáveis acometeram os desejos e as intenções de manutenção do sistema escravista no país: as leis abolicionistas foram criadas contribuindo para minar aos poucos o poder senhorial; uma série de transformações sociais ocorridas nesse mesmo século alertaram a sociedade para a necessidade de eliminação do cativo; e as negociações, concessões e conquistas no cotidiano dessas relações contribuíram também para amenizar os conflitos e prolongar o que era inevitável.

Em uma das correspondências enviadas pela Secretaria de Polícia para o presidente da província, um episódio acontecido em São Gonçalo do Sapucaí, no dia 15 de abril de 1888, recebeu destaque em relação aos demais: diversos fazendeiros da região se reuniram no paço municipal e declararam livres todos os seus escravos a partir de dia 7 de setembro daquele ano.¹⁶ A “benesse” da liberdade em massa antecipada não foi uma excepcionalidade de São Gonçalo do Sapucaí. Demais cidades do sul de Minas apresentaram o mesmo caso, bem como outras por todo o país. Essas promessas de que o fim da escravidão estava próximo evidencia talvez uma das últimas cartadas dos senhores e seus aliados. Para eles, cada dia a mais de permanência do sistema simboliza uma conquista. Mas, as notícias que chegaram no dia 13 de maio daquele ano em São Gonçalo anteciparam os planos de primavera de muita gente.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

AZEVEDO, Célia Maria de. *Onda Negra, Medo Branco – o Negro no Imaginário das Elites – Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

¹⁶ APM. Chefia de Polícia. Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia a Presidência da Província. POL 104, n.568, p.123.

BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARDOSO, Ciro. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Escravidão e abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. RJ: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emilia Viotti da. *A abolição*. 8ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2008.

_____. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

CUNHA, Olívia Gomes da, GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadãos. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. CUSTÓDIO SOBRINHO, Juliano. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade. A emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPQ, 1988.

FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 26ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e Outros Ensaio*s. Lisboa / RJ, DIFEL / Ed. Bertrand Brasil, 1989. Coleção Memória e Sociedade.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)* São Paulo: Annablume, 2002.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade na Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque(org.) *História geral da civilização brasileira*. Tomo I, 2º vol., São Paulo: DIFEL.

JOSÉ, Oíliam. *A abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-História.” In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MACHADO, Maria Helena. *Crime e escravidão*. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O Plano e o Pânico*. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. Rio de Janeiro: Editora UFSJ, EDUSP, 1994.

_____. “*Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas*”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Corpo, gênero e identidades no limiar da abolição*: Benedicta Maria da Ilha, mulher livre/Ovídia, escrava narra sua vida (Brasil, sudeste, 1880), texto inédito.

MARTINS, Roberto. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Vanderbilt University, 1980

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio*: os Significados da Liberdade do Sudeste Escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. SP: Brasiliense, 1982.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*: a resistência escrava no Brasil. SP: Cia. das Letras, 1991.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamante*: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX. Cadernos IFCH-UNICAMP, n.17, 1985.

_____. *Na senzala, uma flor*: esperanças e recordações da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. *Senhores e subalternos no oeste paulista*. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. Uma investigação de História Cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990.